



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2026

Aos **(08/09/2026)** oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, á hora regimental, no Plenário da Câmara municipal, nesta cidade de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, realizou-se a Sessão Ordinária sob a Presidência do Vereador **Julhardy Costa De Arruda**, compareceram os Vereadores **Jefferson Luís Barboza Rosa, Alcendino Ferreira Barbosa, Edgard Mandira de Moraes, Edvaldo Narciso Izabel, Joceni Roecker, Elton Ambrósio Mendes e Samuel do Carmo**, ata aprovada por unanimidade e havendo Quórum regimental para deliberação foi realizada a leitura do seguinte Expediente do Dia: Indicação nº 025/2026, que indica ao Poder Executivo Municipal a criação da Carteira Municipal de Transporte Infantil destinada aos jovens guaraqueçabanos residentes na sede, nas comunidades rurais e nas ilhas, para a garantia de transporte gratuito àqueles que frequentam cursos técnicos, profissionalizantes, tecnológicos ou de ensino superior fora do município; Projeto de Lei Ordinária nº 041/2026, de 26 de agosto de 2026, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 destinado ao reforço de dotação orçamentária vinculada à Secretaria Municipal de Transporte e Obras (Serviços de Limpeza Pública); Projeto de Lei Ordinária nº 042/2026, de 26 de agosto de 2026, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 para reforçar a dotação de material de consumo (Gerência de Serviços Gerais e aquisições permanentes) sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Transporte e Obras; Projeto de Lei Ordinária nº 043/2026, de 26 de agosto de 2026, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.000,00 destinado ao reforço de dotação orçamentária de área civil (Gerência de Serviços Gerais e aquisições permanentes) sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Transporte e Obras; Projeto de Lei Ordinária nº 044/2026, de 27 de agosto de 2026, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 vinculado à Secretaria Municipal de Transporte e Obras para despesas classificadas como serviços de terceiros (pessoa jurídica); Projeto de Lei Ordinária nº 046/2026, de 3 de setembro de 2026, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 destinado à Secretaria Municipal de Transporte e Obras para despesas classificadas como outros serviços de terceiros (pessoa física); Abaixo-Assinado dos Alunos do Curso de Formação de Docentes, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, solicitando intercessão junto ao Executivo para a viabilização de transporte escolar para os estudantes residentes na área rural (comunidades de Ipanema, Morato, Utinga, Rio Verde e Batuva) matriculados no 1º e 2º ano do Curso de Formação de Docentes do Colégio Estadual Márcilio Dias. O documento relata que as atividades ocorrem em período integral às terças e quintas-feiras, estendendo-se até as 16 horas (ou 18 horas), sendo que o transporte escolar regular realiza o retorno apenas ao meio-dia, comprometendo a permanência e a frequência pedagógica necessária exigida pela matriz curricular, fundamentando o pedido no Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE), na Lei Estadual nº 11.721/1997 e na Resolução nº 777/2013-GS. Concluído o Expediente, o Senhor Presidente declarou aberta a fase da PALAVRA LIVRE. Assumindo a palavra, o Vereador Edgard Mandira de Moraes cumprimentou a Mesa, os pares, os visitantes e o ex-vereador José Maria. Destacou que os cinco projetos de lei enviados pelo Executivo devem ser encaminhados às comissões permanentes. Enfatizou a relevância da Indicação nº 025/2026 para os estudantes das ilhas, sede e continente que realizam cursos fora do município. Dirigiu-se ao Secretário de Obras, Gustavo, apontando a proximidade da festa comunitária na localidade de Poda da Chave e solicitou o fornecimento de 10 manilhas de diâmetro 40 (compradas e complementadas pelo ex-vereador Zé Maria e por Jorildes) para canalizar a nascente de água localizada em frente ao barracão da igreja, aproveitando a presença do maquinário municipal para adequar o pátio de estacionamento. Relembrou que o ex-vereador José Maria já efetuou requerimento solicitando a colocação da placa de bronze com os nomes dos vereadores na praça central da cidade e



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

pediu que o Executivo dê uma resposta oficial ao pleito. Em seguida, o Vereador Alcendino Ferreira Barboza assumiu a tribuna e saudou os presentes. Afirmou que sua atuação parlamentar concentra-se no debate técnico das matérias de impacto ao município. Analisou os Projetos de Lei nº 041, 042, 043, 044 e 046/2026 da Secretaria de Obras e adiantou a constatação de irregularidades pela Comissão de Justiça e Redação. Apresentou a Recomendação Administrativa nº 003/2026-GMPC, emitida pelo Ministério Público de Contas do Estado do Paraná em 18 de agosto de 2026 ao Prefeito e à Presidência da Câmara. Explicou que as matérias propõem retirar recursos orçamentários da dotação da Secretaria de Finanças destinada ao pagamento e amortização de precatórios (sentenças judiciais e trabalhistas devidas pela Prefeitura) para suplementar despesas da Secretaria de Obras e Transporte com terceiros (pessoas físicas e jurídicas). Alertou que a anulação de dotações de precatórios para custear despesas correntes afronta o artigo 100, inciso V e § 23 da Constituição Federal (com redação dada pela Emenda Constitucional nº 136/2025), o artigo 67 da Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e as diretrizes do Tribunal de Contas. Advertiu que a insistência na aprovação dessas matérias sujeita o município e os gestores a sanções graves, como o sequestro de verbas públicas pelo Presidente do Tribunal de Justiça, responsabilização por ato de improbidade administrativa e o bloqueio de repasses de transferências voluntárias estaduais e federais. Recomendou às comissões e ao plenário a emissão de parecer contrário às matérias caso o Executivo não efetue as devidas correções nas fontes de recurso. Quanto ao abaixo-assinado dos alunos da Formação de Docentes do Colégio Marcílio Dias, manifestou total apoio aos estudantes de Ipanema, Morato, Utinga, Rio Verde e Batuva, cobrando providências do Prefeito e sugerindo a utilização emergencial de vans da assistência social para atender os dias de contraturno (terças e quintas-feiras). Criticou o encerramento das atividades pedagógicas de contraturno que ocorriam na PUC e questionou as condições de segurança da frota municipal, relatando que no último domingo uma van que transportava um grupo religioso de retorno de Guaratuba sofreu soltura de rodas e estouro de pneus na rodovia, quase provocando um capotamento gravíssimo. Em relação às ações ambientais, elogiou os mutirões de castração de animais realizados na sede e nas ilhas pelo ICMBio e pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esclareceu à população que esses serviços não são gratuitos, mas sim custeados por recursos de R\$ 110 milhões decorrentes do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Petrobras, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Paraná em razão do vazamento de 52 mil litros de combustível no litoral. Detalhou que a execução financeira é gerida pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUMBio/ICMBio) e pelo Programa de Biodiversidade do Litoral do Paraná (BLP) em dois editais de R\$ 2,3 milhões e um de R\$ 3,2 milhões, ressaltando que os alunos e professores da UFPR atuam na prestação do serviço sem recebimento pessoal. Defendeu que a Câmara, as associações e as lideranças comunitárias protocolem uma ação junto ao MPF e ao MPE para alterar os critérios de aplicação das verbas do TAC da Petrobras, direcionando recursos ambientais para a construção de barracões adequados de triagem de lixo em Superagui e Peças, o fim do lixão da sede, tratamento de água rural e saneamento básico nas ilhas. Em outro ponto, denunciou caso recente de assédio moral ocorrido na Secretaria de Saúde na última sexta-feira, em que uma secretária adentrou as dependências do órgão e agrediu verbalmente uma servidora em seu local e horário de trabalho, resultando no mal-estar da funcionária e sua posterior internação hospitalar. Cobrou a apuração dos fatos pelo Prefeito Sandro e a retratação pública da agressora. Por fim, informou o recebimento de uma Representação Administrativa subscrita por Jeikson Camargo Silveira imputando ao servidor público Emílio de Araújo Muniz Neto a prática de improbidade administrativa, abuso de poder, desvio de finalidade e fraude na manipulação de processos administrativos tributários da Prefeitura, adiantando que encaminhará pedido de informações ao Prefeito e à Controladora Interna, para apuração rigorosa dos fatos. Na sequência, o Presidente manifestou-se reforçando o pleito dos alunos do Curso de Formação de Docentes, lembrando que em 2023 e 2024 o transporte no período da tarde foi fornecido alternadamente pelo município, permitindo a



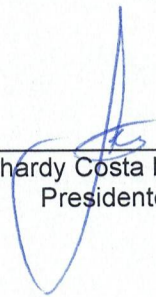
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

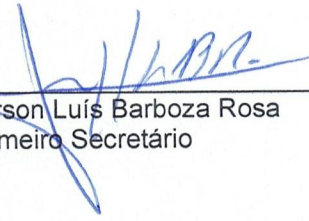
Cnpj nº 01.004.459/0001-26

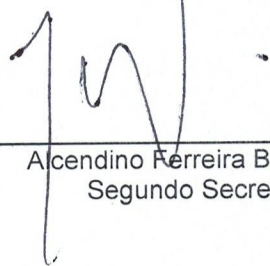
Poder Legislativo

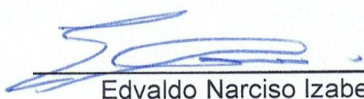
formação de profissionais que hoje atuam na rede de ensino local, defendendo o ajuste necessário na frota para atender os estudantes da área rural. Não havendo mais oradores para a Palavra Livre, o Senhor Presidente passou à fase da ORDEM DO DIA: Votação Única da Indicação nº 025/2026, que solicita ao Executivo a criação da Carteirinha Municipal de Transporte Infantil para estudantes de cursos técnicos e superiores. Colocada em votação nominal, a proposição foi APROVADA POR UNANIMIDADE. Encaminhamento de Matérias: O Senhor Presidente encaminhou os Projetos de Lei Ordinária nº 041/2026, nº 042/2026, nº 043/2026, nº 044/2026 e nº 046/2026 às comissões permanentes competentes para parecer. Pedido de Dispensa de Pareceres e Votação do Projeto de Lei Ordinária nº 031/2026: Pela ordem, o Vereador Alcendino Ferreira Barboza solicitou a dispensa dos pareceres das comissões para a apreciação do Projeto de Lei nº 031/2026 (que institui o Conselho Municipal dos Direitos Humanos - CMDHAD, a Conferência Municipal dos Direitos Humanos e o Fundo Municipal dos Direitos Humanos - FMDH), ressaltando que a matéria necessita de adequações formais no texto: a correção da grafia do nome do Prefeito na página 10; a retificação da numeração dos incisos I e II do artigo 23 (que foram digitados em algarismos arábicos em vez de romanos); e a correção do cabeçalho da página 2 para constar a numeração correta como Projeto nº 031/2026. O Vereador Joceni Roecker e o Vereador Jefferson Luís Barboza Rosa manifestaram-se favoravelmente à dispensa fundamentados nas correções técnicas apresentadas. Submetida a plenário a dispensa dos pareceres com as correções formais, a solicitação foi APROVADA POR UNANIMIDADE. Votação do Mérito do Projeto de Lei Ordinária nº 031/2026: Submetido à votação nominal, o Projeto de Lei nº 031/2026 (com as correções acolhidas) foi APROVADO POR UNANIMIDADE. Nada mais a tratar, eu Vereador Jefferson Luis Barboza Rosa, lavrei a presente ata, que estando em conformidade com os demais, será assinada.

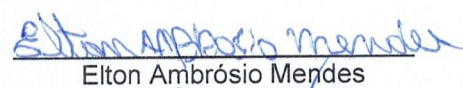

Edgard Mandria de Moraes
Vice-Presidente


Julhardy Costa De Arruda
Presidente

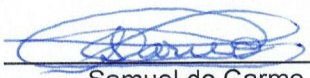

Jefferson Luís Barboza Rosa
Primeiro Secretário

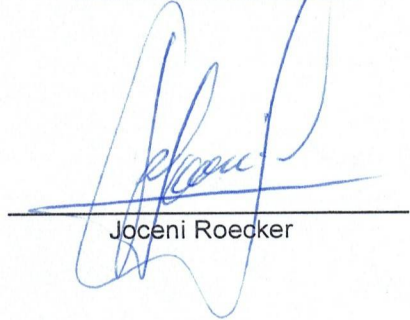

Alcendino Ferreira Barbosa
Segundo Secretário


Edvaldo Narciso Izabel


Elton Ambrósio Mendes


Ivan França


Samuel do Carmo


Joceni Roecker